

MEMÓRIAS DE INFÂNCIAS NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA: FEMINILIDADES E MASCULINIDADES NOS CONTEXTOS EDUCATIVOS

Raquel Dias Amaro ¹
Dantiely Martins Ferreira ²
Raquel Gonçalves Salgado ³

RESUMO

Considerando que as questões de gênero perpassam todos os setores sociais, inclusive a Educação Básica, esta pesquisa⁴ teve como recorte temporal a ditadura militar no Brasil (1964-1985), a fim de investigar e demarcar como esse regime se utilizou dos espaços educativos para produzir masculinidades e feminilidades normativas, bem como as marcas que ainda carregamos desse projeto político. É importante ressaltar que, neste trabalho, a compreensão de educação está para além do âmbito escolar, ao passo que, desde o nascimento, a criança entra em contato com o mundo e recebe informações de como ser/estar/comportar-se. Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa volta-se para uma análise acerca das memórias de infâncias vividas durante o período ditatorial no Brasil, observando como as questões de gênero foram ensinadas na família e na escola e tendo como participantes pessoas adultas que, no momento da realização da pesquisa, atuavam em movimentos sociais. Compreende-se que, ao vislumbrar o trânsito temporal entre o regime militar e a atualidade, dando vida à rememoração, essa memória passa a carregar uma história além da sua individualidade, ao passo que o sujeito que a enseja se encontra interseccionado com amarras sociais. Assim sendo, esta pesquisa é de caráter qualitativo e sua abordagem teórico-metodológica fundamenta-se no feminismo negro e interseccional, assim como na perspectiva das memórias de infância, cunhada por Walter Benjamin (1985). Ademais, a partir das narrativas coletadas nas entrevistas, analisou-se como o governo ditatorial se utilizou da educação como aliada à institucionalização da regulação dos corpos, mostrando um íntimo atrelamento às normativas de gênero cis/hetero/branca/patriarcais com a moralidade e o civismo, na medida em que esses elementos se complementavam e constituíam o arquétipo de comportamentos requisitados nesse regime.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Educação, Interseccionalidade, Memórias de Infância.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como escopo investigar como as questões de gênero operaram nos espaços de Educação Básica, nos anos da ditadura militar no Brasil (1964-1985), demarcando

¹ Psicóloga e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - MT, raquel.dias@aluno.ufr.edu.br;

² Psicóloga e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - MT, dantiely.martins@aluno.ufr.edu.br;

³ Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - MT, raquel.salgado@ufr.edu.br;

⁴ Pesquisa desenvolvida em 2022, pelo Programa Nacional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, fomentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ.

as diferenças produtivas de masculinidades e feminilidades nas crianças que viveram nesse regime. A respeito dos espaços educativos nesse contexto, recortes sociais analíticos, como raça/etnia, gênero, classe social, regionalidade, entre outros, são marcadores centrais para se entender o que crianças, nessa época, viveram na escola e na família, as aprendizagens sobre ser criança, as construções de feminilidades e masculinidades nesse contexto político, bem como quais infâncias puderam frequentar ou não o espaço escolar. Além disso, analisar como, na vida adulta, as/os participantes inseriram-se em movimentos de resistências e, a partir dessas memórias, compreender as suas performatividades de gênero.

Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as memórias de infâncias vividas durante o período ditatorial no Brasil, observando como as feminilidades e masculinidades foram ensinadas na família e na escola, tendo como participantes adultos que, no momento da realização da pesquisa, estavam inseridos em movimentos sociais. Nesse sentido, cabe refletir sobre como pessoas que viveram suas infâncias nesse contexto de forte repressão política e censura, hoje, na condição de adultos, puderam subverter perspectivas de mundo, relações, afetos e corporeidades, além de se engajarem em organizações políticas e movimentos sociais, em defesa da garantia da vida e de direitos para todas/os/es como forma de resistirem à repetição do passado.

Outrossim, este trabalho é de cunho qualitativo e tem como enfoque teórico-metodológico as epistemologias do feminismo negro e interseccional, com o objetivo de demarcar as diferenças sociais. Outro viés importante para se pensar a infância é analisá-la como experiência que extrapola o marco temporal, escapando da ideia de passado remoto e de porvir para constituir-se como uma perspectiva crítica sobre a cultura e o próprio tempo de vida, perspectiva esta que é abordada, com base em Walter Benjamin, por Raquel Salgado e Marcelo Ferreira (2019).

Em suma, a partir das narrativas coletadas nas entrevistas, analisou-se como o governo ditatorial se utilizou da educação como aliada à institucionalização da regulação dos corpos, mostrando um íntimo atrelamento às normativas de gênero cis/hetero/branca/patriarcais com a moralidade e o civismo, na medida em que esses elementos se complementavam e constituíam o arquétipo de comportamentos requisitados por esse regime. Com isso, reitera-se a importância de dar enfoque para pesquisas que contemplem as infâncias experienciadas durante o regime militar no Brasil, visto que é uma forma de conferir o direito à memória e ao aparecimento social de vidas que foram violentadas pelo Estado, construindo uma democratização nacional de acontecimentos que tiveram um projeto de apagamento estatal proposital.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter qualitativo e sua abordagem teórico-metodológica fundamenta-se na perspectiva das memórias de infância, cunhada por Walter Benjamin (1985), que se distancia da ideia da repetição do passado no presente. Como aportes teórico-metodológicos, foram utilizadas também as epistemologias do feminismo negro e interseccional, a fim de articular os dados com marcadores sociais de diferença.

Nesse sentido, o *corpus* desta pesquisa consiste nas memórias de infância da ditadura militar de pessoas que, no momento da realização da pesquisa, participavam de movimentos sociais ou sindicatos e atuavam na defesa dos direitos humanos. As memórias tiveram o formato de narrativas escritas ou orais, dependendo da escolha da/o participante, e foram enviadas à pesquisadora por e-mail ou via WhatsApp. Os critérios de participação foram: homens e mulheres, com idades entre 50 e 70 anos, de diferentes identidades de gênero, raciais e sexuais, que viveram suas infâncias em metrópoles e cidades do interior do país e que estavam, na atualidade das entrevistas, inseridas em sindicatos ou movimentos sociais envolvidos com a defesa dos direitos humanos.

Para a pesquisa de campo, foi elaborado um convite digital às/aos participantes, embasado em normativas éticas estabelecidas pela Resolução CNS 510/2016, explicando todo o escopo da pesquisa, bem como um formulário online, preenchido por todas/os as/os participantes que atendiam aos critérios de inclusão na pesquisa. Posteriormente, foram feitos os contatos com pessoas de diversas regiões do país e de diferentes campos de atuação nos movimentos sociais, bem como o envio do convite on-line. Nesse formulário on-line consta, basicamente, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com a apresentação da pesquisa (objetivos principais, metodologia, possíveis riscos e benefícios da pesquisa, bem como as informações sobre o envio das memórias de infância, que poderiam ser por áudio, via WhatsApp, ou por texto escrito, via e-mail, a critério da/o participante). Em seguida, as respostas recebidas em formato de áudio foram transcritas na íntegra.

Acerca da construção teórica do conhecimento que fundamentou este estudo, se deu por meio de um levantamento sobre a produção científica relacionada à temática da pesquisa na base de dados do *Google Acadêmico*, em busca de artigos publicados em periódicos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, nos últimos dez anos (2012-2022), utilizando os seguintes descritores: (1) memórias de infância e ditadura militar; (2) memórias de infância, educação e ditadura militar; (3) memórias de escola e ditadura militar.

Outrossim, para uma melhor organização dos dados obtidos, foi criado um e-mail exclusivo para armazenar as informações e receber os relatos das/os participantes. Como forma de divulgação e democratização do conhecimento produzido no âmbito da pesquisa, também, foi gerado um site, nomeado “Memórias de Infâncias e Resistências da Ditadura”.

REFERENCIAL TEÓRICO

O novo projeto de nação instituído pela ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi marcado por muitas reformas em diversos setores da sociedade, incluindo as instituições escolares. O governo passou a regular, fiscalizar e censurar o que era ensinado nas escolas, inserindo novos métodos pedagógicos que substanciavam uma educação tecnicista, trazendo doutrinações de juramento à bandeira, soberania nacional, patriotismo, continência aos militares, subserviência, entre outros.

As questões de performatividade de gênero também estavam muito presentes no ensino, cunhadas em uma binarização entre meninos e meninas, tecendo narrativas e comportamentos que reforçavam quais lugares corpos femininos e masculinos deveriam ocupar dentro da sociedade. Além das normativas de gênero serem ensinadas na escola, faziam-se presentes como projeto educativo nos âmbitos familiar, social, coletivo, religioso e midiático.

Pensar as relações de gênero nesse contexto é imprescindível para entender como dispositivos cisheteronormativos, produzidos no âmbito de uma educação pautada no militarismo, no conservadorismo e em dogmas religiosos, constituem masculinidades e feminilidades. A institucionalização dessa educação protocolou regras de condutas sociais específicas para homens e mulheres, que, atualmente, ainda se fazem presentes no cenário político brasileiro, em contextos escolares e familiares. Essa ideologia normativista é um dos pilares para a instauração de uma estrutura social totalitarista, a qual é firmada a partir da conservação de um ideal já existente, ao qual não cabem mudanças, como comenta Jorge Larrosa (2003):

O sistema totalitário é uma ordem estável e estabilizada, à qual repugna a incerteza. Por isso, o totalitarismo supõe a pretensão de projetar, planificar e fabricar o futuro, ainda que para isso tenha de antecipar e produzir, também, as pessoas que viverão no futuro, de modo que a continuidade do mundo permaneça garantida. O terror totalitário poderá identificar-se, então, com a redução e, no limite, com a destruição da novidade inscrita no nascimento e com a correspondente pretensão de escrever antecipadamente a história. Deveríamos nos perguntar, então, até que ponto toda educação, entendida como a realização de um projeto, reduz a novidade da infância no sentido em que reconduz às condições existentes e a faz dedutível daquilo que já existia (LARROSA, 2003, p. 190).

Essa planificação de via única para o futuro gera normativas sobre os corpos e seus modos de corporificação, nas quais o corpo aparece como um canal para materializá-las. Na sistemática produção de uma norma, nem todos os corpos e subjetividades serão contemplados, constituindo-se, assim, existências avessas à regra. No entanto, essa dicotomia não é acidental, ela é responsável pela exclusão e precarização de vidas e faz parte do manejo do estado de exceção. O que acontece, então, com os corpos cujas normativas não imperam? Judith Butler (2015) nomeia-os como abjetos, ou seja, vidas não passíveis de luto, as quais não têm valor para esse estado e são alvos de políticas de extermínio. Estão alocados nas chamadas zonas “não-vivíveis”, impossibilitados de habitarem a vida social, condição necessária para delinear essas existências (BUTLER, 2015).

Dessa forma, é importante pensar a educação para além do âmbito escolar, ao passo que, desde o nascimento, a criança entra em contato com o mundo e recebe informações de como ser/estar/comportar. Nesse sentido, o ato de educar as crianças está relacionado com o nascimento delas, uma vez que, inseridas no mundo, demandam mecanismos de se apropriarem e existirem nessa sociedade que as recebe. Esse lugar social em que chegam já possui marcas pretéritas de condutas, valores, memórias, normas etc, construídas tanto pela individualidade quanto pela coletividade, as quais se entrecruzam em um movimento de produzir e ser produzido concomitantemente. Com isso, Paula Monteiro (2018) discorre que:

A educação se traduz como um veículo fundamental para a perpetuação da identidade, pois a educação é um processo de produção, circulação e apropriação de saberes, e se configura como espaço privilegiado onde os seres humanos podem criar formas de convivência e interação que vão muito além da simples sobrevivência ou da perpetuação da espécie (MONTEIRO, 2018, p. 6).

Por conseguinte, é indubitável que a infância seja uma experiência política, heterogênea, que desafia as normas e lugares que determinamos para ela, questionando nossos saberes e verdades acerca dessa experiência. Dar espaço para a reverberação da diferença torna-se um movimento contrário ao totalitarismo e à abjeção, criando possibilidades para uma educação intercultural (PARAQUETT, 2014).

Assim sendo, ao vislumbrar o trânsito temporal entre o regime militar e a atualidade, dando vida à rememoração, essa memória passa a carregar uma história além da sua individualidade, ao passo que o sujeito que a ensaja se encontra interseccionado à amarra social. É necessária a produção de memória a respeito das subjetividades abarcadas pelo ensino ditatorial, uma vez que essa ação dá visibilidade àqueles que foram marginalizados por esse Estado, criando uma nova possibilidade identitária (MONTEIRO, 2018).

Em suma, a memória também é um instrumento de perpetuidade de uma pessoa. O ato de lembrar viabiliza a compreensão dos eventos históricos e seus sentidos, podendo ser utilizado como valiosa ferramenta na transformação da educação, “para que se possa construir cada vez mais novas indagações acerca de sua inscrição no tempo presente de nosso cotidiano de aprendizado.” (MONTEIRO, 2018, p. 6).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como primeiros resultados, teve-se o levantamento do estado de conhecimento, necessário para o embasamento da pesquisa, no que tange ao que já foi produzido e publicado sobre a temática, nos últimos dez anos. O levantamento foi feito no *Google Acadêmico*, tendo como primeiro descritor “memórias de infância e ditadura militar”, no qual foram encontrados 33 produtos no total, sendo 24 artigos em periódicos, 5 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado. Para o segundo descritor “memórias de infância, educação e ditadura militar”, apareceram 7 periódicos. Já, para o terceiro e último descritor “memórias de escola e ditadura militar”, 13 trabalhos apareceram, nos quais 12 eram artigos em periódicos e 1 era dissertação de mestrado, contabilizando, no total do levantamento, 53 artigos sobre a temática da pesquisa.

Referente ao resultado das pessoas que participaram, obtiveram-se 8 respostas, sendo: 6 mulheres cisgêneros, 1 homem cisgênero e 1 participante que preferiu não dizer; com idades entre 51 a 69 anos; 7 pessoas se identificaram racialmente como brancas e 1 como preta; 7 pessoas heterossexuais e 1 que preferiu não responder; 7 pessoas com renda acima de 5 salários mínimos e 1 pessoa com renda de 1 a 2 salários mínimos; 3 pessoas com nível de escolaridade de doutorado, 2 com pós-graduação como especialista, 1 com mestrado, 1 com superior completo e 1 com fundamental incompleto; 4 pessoas da região centro oeste, 2 da região sul e 2 da região sudeste. No que tange ao envio das narrativas, 3 foram via e-mail e 5 via áudio pelo WhatsApp. No panorama geral dos dados produzidos, é possível notar que a pesquisa possui um recorte analítico limitado a pessoas que estão atravessadas por privilégios sociais, característica que impacta nos resultados e discussões acerca da temática.

MORALIDADE, CIVISMO E NORMATIVAS DE GÊNERO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NA DITADURA MILITAR

Nas narrativas reunidas na pesquisa, existem aspectos em comum, sendo um deles a forte presença da binarização de gênero na escola (e fora dela também), demarcando a

feminilidade para a maternidade e os afazeres domésticos, e a masculinidade para a sociabilidade, esportes, artes e leitura. Nas salas de aula, havia a separação entre meninos e meninas, e disciplinas como “Práticas do Lar” destinada às meninas e “Práticas Comerciais”, aos meninos, como conta Paula:

Na questão de gênero, era tudo separado e binário, no banheiro, na sala de aula. Poderia sentar em qualquer lugar, mas a tendência era meninos de um lado e meninas de outro e era incentivado, mas, por exemplo, a gente tinha uma disciplina chamada “Práticas do Lar”, e a outra opção para quem não quisesse fazer essa, era “Práticas Comerciais”. Da minha sala de 45 alunos, só uma amiga minha foi para “Práticas Comerciais” que foi estudar contabilidade; eu e todas as outras meninas, que era mais de 20, fomos para a “Prática do Lar”, que era estudar sobre nutrição (Paula, 51 anos).

Na memória de infância de Luiz Henrique, que morou com a avó na cidade para poder estudar, há elementos que enfatizam as atribuições de papéis de gênero:

Dessa ambiguidade houve dois traços derivados que podem interessar aqui. O primeiro deles foi o desenvolvimento de percepções, abordagens e práticas tidas como do universo feminino, uma vez que minha vó era costureira, com ateliê em casa, e também me envolvia nas tarefas que envolviam a casa, culinária, canteiros, chás, aviário, doces de safra, conservas...etc. Isso tudo me envolvia por interesse, mas especialmente para afogar a saudade. O segundo aspecto é que tornou precoce a sociabilidade, o estabelecimento de relações de qualidade com pessoas de idades e estratos sociais variáveis. Encontros da turma para dançar nas “brincadeiras” aos sábados desde os 9 anos, vários esportes, jogos de rua na praça ou no “campinho”, coral, banda do colégio, grupo de escoteiros, por ai vai... e leitura (Luiz Henrique, 69 anos).

Nessa mesma lógica binarizante e patriarcal, o relato de Irene reporta-se a uma criança que foi impedida de frequentar a escola por ser menina, tendo como justificativa o reforçado discurso de que o lugar social da mulher é destinado aos afazeres domésticos:

Quando vim para cá, é mais difícil ainda porque a gente foi diretamente para a roça quando chegou aqui no Mato Grosso. Aí, meu pai falava que aqui mulher não precisava estudar, que tinha que arrumar escola com meu irmão, porque mulher, serviço de mulher é lá dentro de casa, na cozinha. Mulher não estuda, não é isso? Meu pai falava e aí eu não ia para escola por causa que era longe a escola, né? Passar por dentro da mata para ir para escola e só ia os meninos. E as meninas, mulher não ia, porque meu pai não deixa, tá? Aí, foi difícil, assim eu casei (Irene, 68 anos).

Outro elemento que aparece com frequência nas narrativas das/os participantes que frequentaram as instituições escolares é a presença da religiosidade atrelada ao ensino, convergente com uma conduta de caráter rígido, disciplinador, conservador, focado na moralização, nos “bons costumes” e no civismo. Paula, que estudou em uma escola católica, narra suas memórias:

Era uma escola rígida, disciplinadora, voltada para o cumprimento de regras e de normas. Todos os dias, antes de entrar para sala de aula, tinha que cantar o Hino Nacional, ficava em posição de sentido no pátio da escola, todas as crianças. Era obrigatório o uso de uniforme, uma vez ao mês tinha missa. [...] Toda uma doutrina escolar voltada no bom comportamento, na moral, nos bons costumes. [...] As questões morais eram muito presentes, o tamanho da saia da menina, o jeito do menino, se passou



a mão na menina ou não, essas questões todas, assim, da sexualidade, das expressões corporais pelo viés da moralidade. Aí, ia para diretoria, ficava de castigo. Depois que acabou a palmatória, ainda colocava de joelho atrás da sala (Paula, 51 anos).

Outrossim, a escola era o ambiente propício para se implantar mecanismos de enaltecimento ao militarismo como um regime masculinista, difundindo a ideia desde a mais tenra infância por meio de um conjunto de signos e rituais que atribuíam poder aos militares e conferiam subalternidade ao restante da população, como: investir em fardas e demais acessórios exclusivos, o canto obrigatório do Hino Nacional, bandeira nacional como identidade patriótica, eventos de celebração à pátria etc. As participantes Maria Luisa, Luciene e Sheila apontam memórias distintas sobre esse acontecimento social:

Aí nós tínhamos sempre que participar dos eventos cívicos. Depois no ensino médio, eu estudava à noite, também tínhamos que fazer ensaio de marcha à noite no asfalto, nas ruas (Maria Luisa, 65 anos).

[...]

Meu álbum de primeiro ano de vida é repleto de fotografias cercadas de pessoas fardadas, de homens fardados, porque, naquela época, as mulheres sequer podiam participar das Forças Armadas (Luciene, 56 anos).

[...]

Na escola Tiradentes, no centro do Rio, no primário, fiz parte do pelotão da bandeira e participava de marchas cívicas em datas comemoradas pelos militares. A infância da gente foi toda de marchas e de moral e cívica. O retrato do presidente Figueiredo (1979-1985) sorria, da parede. Antes, o de Geisel. [...] No ensino fundamental II (quinta à oitava), minha caderneta da escola era repleta de advertências e de suspensões. Uma vez fui advertida porque assobieei o hino durante a cerimônia diária do hasteamento da bandeira. Na sétima série, o diretor recusou minha matrícula para o ano seguinte, por conta de ser insubordinada (Sheila, 53 anos).

Por consequência, é notável o íntimo atrelamento das normativas de gênero com a moralidade e o civismo, na medida em que esses elementos se complementavam na construção do arquétipo de comportamentos permitidos nesse regime. Quando não eram seguidos, havia punições e adjetivos marcantes daquela época, que geralmente giravam em torno da subversividade ou insubordinação, como se pode notar nas memórias de Sheila.

DA INFÂNCIA NORMATIVA ÀS RESISTÊNCIAS NA VIDA ADULTA: SUBVERSÃO COMO RESPOSTA À REPETIÇÃO DO PASSADO DE CENSURA

No que diz respeito especificamente aos movimentos sociais, é importante pensar como uma subjetividade, atravessada por uma infância marcada pela normatividade de gênero, civismo, silenciamento, doutrinação e subordinação como política do Estado, subverteu essa lógica na vida adulta, adentrando nos espaços de resistência como valorização das diferenças e

da vida. No recorte desta pesquisa, é possível visibilizar mulheres que ocupam, atualmente, diversos movimentos sociais, tendo compromisso com diferentes causas. Cada qual com sua particular história de vida e seus atravessamentos, mas abarcada pelo mesmo sistema de opressão de um regime totalitário, e, ainda assim, com a potência de criar formas de ressignificar essas memórias e promover mobilizações no contexto presente. Sheila conta um pouco sobre como foi esse processo para ela:

Sempre achei que não tinha sofrido a ditadura, que ela tinha passado a largo da minha vida, mas refletir, sobre aqueles anos, hoje, é reconhecer que a vida não era fácil, não. Hoje sei que a falta de liberdade também me fez ser quem eu sou. Não fui torturada, mas não canto Hino com orgulho, não tenho amor pelo Brasil, não sei falar de pátria, não ensino nada disso para meus filhos. Antes dos 16, fazia campanha para o PV no Rio. Depois comecei a fazer boca de urna para o PT, nos meus aniversários. Ali, na energia daquilo que era importante para mim, aprendendo sobre como deixar pra votar no último instante porque não vai preso quem ainda não votou, tive chance de ser não a subversiva, mas a insubordinada, desde sempre. Fui a todas as passeatas na Presidente Vargas e adjacências, nas campanhas de Lula para presidente. Aprendi a cantar coletivamente “Trabalhador armado/ também é explorado” quando os policiais começavam a se mexer no meio fio das manifestações. Hoje, no sindicato, no Fora Temer, em manifestações contra o desmantelamento das universidades públicas, contra a política assassina de Bolsonaro, nas minhas aulas, sou quem eu fui desde a Ditadura. Aquela que conviveu com fantasmas. A que agora os vê retornarem com o voto do povo. Fortalecer a educação, nossa única saída. Sigamos (Sheila, 53 anos).

No entanto, torna-se indispensável, também, adentrar na problematização de quais corpos podem desafiar as normas. Quais acessibilidades homens e mulheres tiveram ao introduzirem-se nos movimentos sociais? Quais os marcadores desses homens e mulheres que ocuparam/ocupam esses espaços? Mesmo nos contextos de resistência, existem violências e empecilhos para mulheres mães, com deficiências, LGBTQI+, negras/indígenas/amarelas, para as quais a estruturação heteropatriarcal vincula historicamente sua feminilidade aos cuidados das crianças e da família em geral, invisibilizando suas lutas e negando seus direitos de aparecimento social e resistência. Essa mesma lógica também abarca as subjetividades masculinas, principalmente as cis/heteras/brancas, porém, sob a perspectiva dos privilégios, de modo que os mecanismos estruturais mantenedores e cíclicos desses homens os preservam nas lideranças e os vinculam a um perfil inato de responsabilidade política, chefiamento e espaço de narrativas, validando seu lugar de resistência.

Nesse sentido, é oportuno ter-se uma criticidade sobre os dados, até então, reunidos nesta pesquisa, posto que a maioria das pessoas participantes ainda é branca, pós-graduada, cisheterossexual e com renda salarial média, demarcando, na prática, quais corpos possuem mais acessibilidade aos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, diante do exposto nesta pesquisa e das problematizações acerca da estrutura patriarcal que operou na ditadura militar brasileira nos espaços escolares, é possível observar uma estreita relação com o presente, visto que ainda vivemos a produção sistemática das normas de gênero nas escolas, nas famílias e na sociedade. Isso constata-se, por exemplo, quando o último governo (2019-2022) utilizou-se de discursos contra a “ideologia de gênero” nas escolas para eleger-se, demonizando temáticas sobre gênero e sexualidade nesses espaços, com o discurso de proteção às crianças, na qual a gestão foi marcada por diversos retrocessos nas políticas públicas referente aos direitos humanos e sociais.

Dessa forma, é possível perceber que quando estes assuntos começam a ser questionados na educação, com vistas a retirá-los do debate público e individualizar a responsabilidade no ciclo familiar, reedita-se uma estratégia política típica de um Estado de exceção, que se apoia nas normativas binárias cisheteropatriarcais como projeto educativo de nação. Ademais, é indispensável considerar também, que, mesmo nos espaços de subversão às normas, como os movimentos sociais, muitas violências de gênero/raça/classe/idade acontecem, não raro fazendo com que determinados corpos tenham que resistir dupla ou triplamente, dificultando suas existências nesses lugares.

Em suma, a partir das análises construídas sobre os mecanismos que engendram a produção sistemática do autoritarismo e civismo nas escolas, urge a necessidade de discutir os resquícios desse regime no presente, investigando como estes se tecnologizam e se mantêm vigentes. Além disso, ratifica-se a importância dessa temática continuar em pauta nos espaços de pesquisas, enquanto um compromisso social da ciência de posicionar-se contrariamente aos apagamentos dessas violências praticadas pelo Estado, podendo recorrer ao direito da memória como uma das estratégias de resistência e alerta para a não repetição do passado.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014a. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br> . Acesso em: 04 abr. 2021.



BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014b. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br>. Acesso em: 04 abr. 2021.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Autêntica, 2003.

MONTEIRO, Paula Miranda. Os suruí/aikewara nos tempos da guerrilha do Araguaia: história, memória e educação. *XIV Encontro Nacional de História Oral*. Unicamp, 2018.

PARAQUETT, MARCIA. *Escritas de si: memória de ditaduras e a formação de professores*.

SALGADO, Raquel Gonçalves; FERREIRA, Marcelo Santana. Nas narrativas de si, as estéticas de existência em corpos infantis que interrogam a vida em desenvolvimento. In: WILLMS, Elni Elisa; ALMEIDA, Rogério de; BECCARI, Marcos (Orgs.). *Diálogos entre arte, cultura e educação*. São Paulo: EdUSP, 2019, p. 114-13.

SALGADO, Raquel Gonçalves; SOUZA, Leonardo Lemos de. O desaparecimento social das diferenças nas políticas de exceção: vidas e memórias de crianças e mulheres para a reinvenção de uma educação democrática, *Educar em Revista*, v. 36, p. 1-20, 2020.